

O ipê, a Terra e o homem

AUGUSTO MARZAGÃO

"Tudo aquilo que acontecer à Terra também acontecerá aos filhos dela" Cacique Seattle

Inaugurada com merecida pompa pelo presidente François Mitterrand, como uma das obras marcantes de seu governo, a monumental Biblioteca Nacional da França podia comportar mais de 12 milhões de títulos em suas quatro torres imponentes. O custo da construção, aproximadamente de US\$ 1,5 bilhão, além de outras coisas admiráveis envolveu uma plataforma central revestida de ipê amazônico importado do Pará. Segundo os ecologistas, essa reverência à cultura francesa e à própria obra de Mitterrand representou o sacrifício de pelo menos 4.000 exemplares da magnífica espécie brasileira em extinção.

Na mesma ocasião, em solenidade simples, porém de alto simbolismo, o presidente Fernando Henrique Cardoso plantava uma muda de mogno na Amazônia, querendo significar a veemente prioridade de seu governo à questão ambiental.

Qual a profunda relação entre os dois episódios? Vejamos. A cidade-luz, a capital do racionalismo cartesiano, consumiu uma floresta da mais nobre árvore amazônica, muito embora a França seja um país do Primeiro Mundo que promove implacáveis campanhas contra a irresponsabilidade de parceiros do Terceiro Mundo na administração de seus recursos naturais. Enquanto isso, ao presidente que colheu o ipê se contrapunha, no Brasil, o que plantava outra espécie rara e igualmente valiosa da nossa flora tropical.

Sem pretendermos comparar as atitudes de ambos os estadistas, somos confrontados pela lição dos próprios fatos, que, por contraditórios, denotam os desencontros do juízo internacional sobre o meio ambiente. A posição francesa traz ao debate os aspectos legais e éticos envolvidos em operações semelhantes (e geralmente sem a mesma qualificação) às do uso do ipê na biblioteca de Paris.

É uma evidência o fascínio dos países ricos por madeiras nobres, estimulando a ação predatória dos madeireiros. A atitude de alguns países importadores, tão ciosos da sua consciência ecológica, parece uma réplica irônica ao ensinamento de Jesus: "Que a tua mão direita não saiba o que faz a tua mão es-

querda". Sem compradores cativos e preços sedutores não haveria o negócio do abate de árvores privilegiadas.

Essa lógica todavia está sujeita a deformações como a que permitiu a edificação de um templo de inteligência e do saber com despojos da hileia amazônica, conquanto superfiscalizada e monitorada pela tecnologia dos satélites primeiro-mundistas. Paradoxos da civilização contemporânea, já de passaporte carimbado para século 21.

Os próprios laboratórios científicos não raro se prestam a esse jogo de ambiguidades perniciosas da política ambiental de muitas nações ricas. O chamado medo planetário é periodicamente posto a serviço de manipulações flagrantes da realidade, conforme oscilam os mais variados e obscuros interesses. De fato, o abate de 4.000 árvores não constitui ameaça a uma floresta de milhões delas. Mas vá dizer a um chinês que não tem relevância o desaparecimento, numa inundação, de 4.000 criaturas do seu povo.

Não está em jogo uma questão de número, mas um caso de "moral ecológica". Mesmo que pudéssemos chegar à nada provável certeza de que o nível dos oceanos ficará estável nos próximos séculos, isso não justificaria a manutenção de inaceitáveis práticas anticonservacionistas, como os descontrolados desmatamentos em grande escala e a queima excessiva e progressiva de combustíveis fósseis.

Por mais que se atenuem as previsões pessimistas com novos cálculos, restam fatos assustadores que denunciam graves desequilíbrios de nível planetário, como mudanças climáticas radicais, enchentes, inundações ciclópicas, secas e desertificações. Ademais, já se aceita consensualmente o imperativo da fundamental proteção de nascentes, leitos de rios, córregos, lagos e matas ciliares, tendo em vista suas implicações no equilíbrio da biosfera e no interesse das gerações vindouras.

Por tudo isso é que as agressões à natureza passaram a exigir uma legislação que as capitulou como crimes ambientais e prevê punições pesadas.

O cacique Seattle, já em 1854, quando os EUA enclausuravam seus índios em

reservas, não precisou explorar o Pólo Norte para chegar a essa sábia conclusão: "Tudo aquilo que acontecer à Terra também acontecerá aos filhos dela. Todas as coisas estão ligadas como o sangue de uma família. Não foi o homem que criou o tecido da vida. Ele é simplesmente um dos seus fios. O que quer que se faça ao tecido estará se fazendo a si mesmo".

Esse profundo pensamento, nascido do espírito de um "selvagem" que assistia com amargura ao fim de uma civilização autóctone, é hoje justamente a mais evoluída posição diante da qual a tradição ocidental ainda se coloca vacilante. A visão antropocêntrica, que situava o homem no centro do universo, dominando a natureza, cede lugar a um novo humanismo, apto a gerar um contrato natural a cuja luz todo o universo é uma figura de direito.

Conforme propõe Luc Ferry: "Não se trata mais de considerar o homem como centro do mundo, e sim o cosmos, que se necessário deve ser protegido do próprio homem. O ecossistema — ou biosfera — passa a adquirir valor autônomo, superior ao da espécie humana.

A natureza, longe de ser apenas palco de nossas atividades, deveria tornar-se objeto de um respeito estético, moral e jurídico".

Minha esperança é que o mogno plantado no coração da Amazônia pelo presidente FHC não seja colhido, no futuro, para revestir os

templos da criatividade humana, mas se constitua em objeto de veneração das gerações adiante, como idealizava o cacique Seattle. Para ele, "é sagrado na memória da nossa gente cada pedaço desta terra, cada ponto brilhante de um pinheiro, toda praia de areia, cada névoa nos bosques ao escurecer, cada lugar claro, sem árvores, no seio da floresta, e cada inseto zumbindo".

Para que não repitamos um dia o que o chefe indígena lastimou diante de suas terras devastadas: "Onde está o arvoredo? Onde está a água? Desapareceram. É o final da vida e o princípio da sobrevivência".

Augusto Marzagão, 68, jornalista, é autor do livro "Memorial do Presente" (Nova Fronteira). Foi secretário da Comunicação Institucional da Presidência da República (governo Itamar Franco) e secretário particular dos presidentes Jânio Quadros e José Sarney.

É uma evidência o fascínio dos países ricos por madeiras nobres, estimulando a ação predatória